

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 19-07-2018)

nº 9223/2018 - O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, indefere, por absoluta necessidade de serviço e para gozo oportuno, as férias no período mencionado do mês de AGOSTO de 2018, aos Senhores Promotores de Justiça abaixo relacionados:

- Marcos Stefani (17 a 31)
- Inclua-se: Augusto Sergio Costa Vianna (2 a 16)
- Claudia Maria Lico Habib Tofano (17 a 31)
- Cristina Godoy de Araujo Freitas (17 a 31)
- Julia Dazzi Piol (17 a 31)
- Mara Sílvia Coutinho Ribeiro (17 a 31)
- Natalie Riskalla Anchite (17 a 31)
- Rogério Rocco Magalhães (17 a 31)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 19-07-2018)

nº 9225/2018 - O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, defere licença-prêmio, no período do mês de AGOSTO de 2018, aos Senhores Promotores de Justiça abaixo relacionados:

- Inclua-se: Tiago do Amaral Barboza (10/08 a 06/09)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 19-07-2018)

nº 9475/2018 - Aloisio Garmes Junior, 1º Promotor de Justiça de Lençóis Paulista, para acumular o exercício das funções do Promotor de Justiça de Dois Córregos, de 1 a 7 e 9 a 31-08-2018.

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 26-07-2018)

nº 9693/2018 - Ricardo Ferracini Neto, 5º Promotor de Justiça de Sumaré, para acumular o exercício das funções do 4º Promotor de Justiça de Indaiatuba, de 1 a 29 e 31-08-2018.

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 26-07-2018)

nº 9742/2018 - Alexandre de Campos Bovolin, 3º Promotor de Justiça Substituto da 33ª Circunscrição Judiciária (Jau), para assumir o exercício das funções do 2º Promotor de Justiça de Ibitinga, de 1 a 31 de agosto, e acumular o exercício das funções do 4º Promotor de Justiça de Jaú, de 17 a 31-08-2018.

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 26-07-2018)

nº 9753/2018 - Bruno Albino Ravara, 2º Promotor de Justiça Substituto da 43ª Circunscrição Judiciária (Casa Branca), para assumir o exercício das funções do 114º Promotor de Justiça Criminal, de 1 a 31 de agosto, acumular o exercício das funções do 12º Promotor de Justiça Criminal, de 16 a 31 de agosto e auxiliar no exercício das funções do 8º Promotor de Justiça Criminal, no dia 06-08-2018.

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 27-07-2018)

nº 10178/2018 - Ricardo Hildebrand Garcia, 3º Promotor de Justiça de Votorantim, para, sem prejuízo de suas atribuições normais, auxiliar no exercício das funções do Promotor de Justiça de Salto de Pirapora, de 10 a 12, 14 a 21, 24 a 27 e 29 a 31-08-2018.

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 26-07-2018)

nº 10181/2018 - Tiago Fernando de Sousa Campos, 1º Promotor de Justiça de Boituva, para acumular o exercício das funções do 1º Promotor de Justiça de Tietê, de 1 a 16-08-2018.

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 01-08-2018)

Tomando sem efeito:

nº 10249/2018 - a portaria 9654/2018 que designou Mauricio Carlos Fagnani Zuanaze, 2º Promotor de Justiça de Birigui, para acumular o exercício das funções do 3º Promotor de Justiça de Penápolis, de 17 a 31-08-2018.

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 1º da Lei Complementar Estadual n. 866, de 05-01-2000, e tendo em vista a deliberação do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, ocorrida na reunião ordinária de 01-08-2018, que acolheu propostas apresentadas pela Procuradoria-Geral de Justiça em 11-01-2018 e em 30-05-2018,

RESOLVE editar o seguinte ATO NORMATIVO:

Art. 1º. Os cargos de 3º, 5º, 8º, 11º e 13º Promotores de Justiça do I Tribunal do Júri da Capital, classificados em entrância final, referência VI, ficam transformados em inominados da mesma entrância e referência, nos termos do art. 1º da Lei Complementar Estadual n. 866, de 05-01-2000.

Art. 2º. Os atuais cargos de 12º, 14º, 15º e 16º Promotor de Justiça do I Tribunal do Júri ficam reenumerados, respectivamente, como cargos de 3º, 5º, 8º e 11º Promotor de Justiça do I Tribunal do Júri.

Art. 3º. Este ato entrará em vigor na data de sua publicação. **Ato Normativo N. 1095/2018-PGJ, de 6-8-2018** (Protocolado n. 040.288/2017)

Transforma em inominado o cargo de 1º Promotor de Justiça do II Tribunal do Júri da Capital e dá outra providência.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 1º da Lei Complementar Estadual n. 866, de 05-01-2000, e tendo em vista a deliberação do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, ocorrida na reunião ordinária de 01-08-2018, que acolheu proposta apresentada pela Procuradoria-Geral de Justiça em 11-01-2018,

RESOLVE editar o seguinte ATO NORMATIVO:

Art. 1º. O cargo de 1º Promotor de Justiça do II Tribunal do Júri da Capital, classificado em entrância final, referência VI, fica transformado em inominado da mesma entrância e referência, nos termos do art. 1º da Lei Complementar Estadual n. 866, de 05-01-2000.

Art. 2º. O atual cargo de 8º Promotor de Justiça do II Tribunal do Júri fica reenumerado como 1º Promotor de Justiça do II Tribunal do Júri.

Art. 3º. Este ato entrará em vigor na data de sua publicação. **Ato Normativo N. 1096/2018-PGJ, de 6-8-2018** (Protocolado n. 002.460/2018)

Destina novos cargos de Promotor de Justiça que especifica. O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo

artigo 19, inciso I, alínea "b", 2, da Lei Complementar Estadual n. 734, de 26-11-1993; pelo art. 2º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual n. 866, de 05-01-2000, e pelo art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual 981, de 21-12-2005,

CONSIDERANDO o deliberado pelo Colendo Órgão Especial do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça na reunião realizada em 01-08-2018, nos autos do protocolado n. 002.460/2018, que acolheu proposta apresentada pela Procuradoria-Geral de Justiça em 23-01-2018,

RESOLVE editar o seguinte ATO NORMATIVO:

Art. 1º. Ficam destinados 03 (três) cargos de Promotor de Justiça da Capital, classificados em Entrância Final, referência VI, provenientes dos 05 (cinco) cargos tomados inominados pelo Ato Normativo n. 1094/2018-PGJ, de 06-08-2018.

§ 1º. Aos cargos a que se refere o caput deste artigo ficam atribuídas as nomenclaturas de 106º Promotor de Justiça da Capital, 107º Promotor de Justiça da Capital e 108º Promotor de Justiça da Capital.

Art. 2º. Este ato entrará em vigor na data de sua publicação.

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

(Republicada por necessidade de retificação - doe de 03-08-2018)

Link de transmissão: <https://join-noam.broadcast.skype.com/mpsp.mp.br/9dc2b36379ff42efbe422ea48d3c3f90>

Dia 29-08-2018 - Palestra "Segurança pessoal – capacitação teórica em armas de fogo" – restrita para pessoas com porte de arma de fogo

9h

Auditório Luis Felipe França Ramos

Palestrante: Ricardo Bedendi Moratto – Aspirante-a-oficial do 2º Batalhão de Polícia do Exército

Será conferido certificado de participação. As inscrições podem ser feitas por meio do formulário disponível no seguinte endereço: <http://bit.ly/2v85IFw>

Replicado por necessidade de retificação.

nº 322/2018 - PGJ

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições e a pedido do CAO Cível e de Tutela Coletiva - Centro de Apoio Operacional de Infância e Juventude e Idoso, AVISA aos Membros do Ministério Público especialmente aqueles com atribuição na área da Infância e Juventude, bem como aqueles que ocupam cargo com atribuição nessa área, que, na forma do artigos 1º, parágrafo único e 2º, inciso II, ambos do Ato Normativo 802/2014-PGJ, poderão manifestar interesse na criação de Equipe de Inspeção para fiscalização de entidades de acolhimento institucional e programas de acolhimento familiar (Resolução CNMP n. 71/2011 e 96/2013) e de unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade (Resolução CNMP n. 67/2011 e 97/2013),, enviando, no prazo de 05 (cinco) dias contados da primeira publicação do presente aviso, e-mail para o endereço eletrônico [infancia@mpsp.mp.br](mailto:infancia@mpsp.mp.br), assunto "Equipes de Inspeção", com o requerimento e formulário devidamente preenchidos, cujos modelos estão disponíveis na página do CAO Infância e Juventude e Idoso (área infância e juventude), "Acolhimento Institucional" (Legislação Federal) e "Adolescente em Conflito com a Lei" (Legislação Federal).

**Aviso de 02-08-2018**

nº 328/2018 - PGJ

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições e a pedido do CAO Cível e de Tutela Coletiva - Centro de Apoio Operacional de Infância e Juventude e Idoso, AVISA aos Membros do Ministério Público da Capital e do Interior do Estado sobre a abertura de inscrições para integrarem as Equipes de Inspeção criadas na forma do artigo 2º, do Ato Normativo 802/2014-PGJ e AVISA aos interessados que mantenha contato com os Promotores de Justiça da Infância e Juventude ou com aqueles que ocupam cargo com atribuição nessa área, manifestando interesse em integrarem as Equipes de Inspeção e, confirmando-se este, no prazo de 05 (cinco) dias contados da primeira publicação do presente aviso, enviem e-mail para o endereço eletrônico [infancia@mpsp.mp.br](mailto:infancia@mpsp.mp.br), assunto "Equipes de Inspeção", com nome completo e o cargo que ocupa atualmente.

**Avisos de 06-08-2018**

nº 330/2018 – PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, PÚBLICA, nos termos do artigo 1º, § 2º, II do Ato Normativo 931/2015-PGJ, a lista dos Promotores de Justiça interessados em assumir as funções abaixo relacionadas, nos termos do Aviso 317/2018, por ordem de antiguidade no cargo:

4º PJ Infância e Juventude

Não houve inscritos

**SANCTVS**

Fernanda Priscilla Bergamaschi Moretti lassuoka

nº 331/2018 – PGJ

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições normais, por solicitação do Subprocurador-Geral de Políticas Criminais, Dr. Mario Luiz Sarubbo, AVISA, que foi publicada a Resolução 461/18, de 25/01/18, da ANAC, que passou a vigor em 28/07/18 e que estabelece que o controle do embarque do passageiro armado e do despacho de arma de fogo e munições em aeronaves civis passou a ser efetuado exclusivamente de forma informatizada pela Polícia Federal. O passageiro que desejar embarcar armado ou despachar arma de fogo e munições em aeronaves civis deverá preencher previamente as guias disponibilizadas no link <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/aeroportos/controle-de-armas-em-aeronaves>

nº 332/2018 – PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e por solicitação do Subprocurador-Geral de Políticas Criminais e Institucionais, Dr. Mario Luiz Sarubbo, AVISA, aos senhores Procuradores e Promotores de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo que, entre os dias 28 e 29-08-2018, ocorrerá a quinta edição do Seminário do Projeto Associação Legal: contabilizando direitos sociais e o V Congresso Alagoano do Terceiro Setor: contexto, na cidade de Maceió-AL.

**Avisa**, ainda, que durante o Seminário, no dia 29-08-2018, às 15hs, ocorrerá a reunião da Associação Nacional de Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e Demais Entidades de Interesse Social – PROFIS

nº 333/2018 - PGJ

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições e a pedido do CAO Cível e de Tutela Coletiva - Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo, AVISA que a Presidência do Eg. TJSP em conjunto com a Corregedoria-Geral da Justiça publicou o COMUNICADO CONJUNTO 703/2016, contendo roteiro para peticionamento no processo digital no tocante à Requisição de Precatórios *el ou Requisitórios de Pequeno Valor*.

O texto do referido Comunicado poderá ser acessado na área restrita, através do seguinte caminho: Áreas de Atuação > Urbanismo e Meio Ambiente > Material de Apoio M.A. – Atual > Questões Processuais > Legislação.

**CONSELHO SUPERIOR**

**Editai de 27-07-2018**

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, e Presidente do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, FAZ SABER que se acham abertas até o próximo dia 08.08.18 (cf. RICSMP, art. 56, parágrafo único) as inscrições ao concurso para os cargos vagos, adiante indicados.

As inscrições poderão ser realizadas por intermédio de requerimento regular (ofício ou protocolo on line) ou e-mail acompanhado de assinatura digital (conselho@mpsp.mp.br) .

ENTRÂNCIA FINAL

REMOÇÃO ANTIGUIDADE

2º Promotor de Justiça Cível de Pinheiros

10º Promotor de Justiça Cível de Santo Amaro

4º Promotor de Justiça de Falcências

17º Promotor de Justiça de Osasco

7º Promotor de Justiça do III Tribunal do Júri

5º Promotor de Justiça de Franca